


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1009047-73.2016.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerentes: **Angelo Pedro Squassoni e José Roberto Squassoni**, brasileiro, casado, aposentado, RG 6.552.528-0-SSP/SP, CPF 744.214.338-53, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Humberto de Campos, 353, Vila Lutfalla - CEP 13570-670
 Requerida: **Veronica Zuccolotto Squassoni**, RG 16.835.989-SSP/SP, CPF 222.266.008-41

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Os requerentes pretendes a expedição de alvará judicial para sacar no INSS resíduo creditório previdenciário deixado em decorrência do passamento de sua genitora requerida. Exibiram certidão de óbito e a informação do INSS sobre esse resíduo. Mandato a fl. 03. Documentos diversos às fls. 04/08.

É o relatório. Fundamento e decido.

A legitimidade dos requerente pleitearem o levantamento do resíduo do crédito previdenciário decorre do passamento de sua genitora Veronica Zuccolotto Squassoni, RG 16.835.989-SSP/SP, CPF 222.266.008-41, ocorrido em 24/07/2016, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos (fl. 07).

Os requerentes são filhos, portanto, herdeiros necessários e hábeis a pleitearem esse saque (art. 1.784 c.c. o inciso I, do art. 1.829, todos do Código Civil). A questão se resolve pelas disposições atinentes ao direito hereditário.

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

DEFIRO O PEDIDO INICIAL para conceder ALVARÁ para que o Espólio da requerida **Veronica Zuccolotto Squassoni**, a ser representado pelo requerente

1009047-73.2016.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

José Roberto Squassoni (qualificado no cabeçalho supra), **saque** no INSS o valor do resíduo de crédito do benefício NB nº 21/079614836-8 (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional), indicado no comunicado da autarquia, constante dos autos. O autorizado poderá receber e dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução daquele objetivo. Prazo: 120 dias. Concedo aos requerentes os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). Esta sentença valerá como instrumento de ALVARÁ para os fins aqui expressos, devendo o INSS lhe dar pleno atendimento. Compete ao advogado dos requerentes materializar esta sentença/alvará assim que publicada nos autos.

O requerente-autorizado fica responsável pelo pagamento da cota-parte do outro herdeiro-requerente nesse bem, de acordo com o artigo 272, do CC.

P.R.I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 02 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA